



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
7ª Superintendência Regional

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**

**NÚMERO:** 14/2025 – 7ª GRR/UES

**DATA:** 17/11/2025

**1. ORIGEM/ÁREA REQUISITANTE:** 7ª GRR/UES

**2. REFERÊNCIA:** Processo nº 59570.001215/2025-92

Processo de licitação, por Sistema de Registro de Preço – SRP, fornecimento, transporte, carga, descarga e instalação de unidades de processamento primário de ovos em container, climatizadas e identificadas com adesivação/plotagem conforme projeto e especificações técnicas, para apoio a avicultura no estado do Piauí, área de atuação da CODEVASF – 7ª SR.

### **3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

#### **3.1 Necessidade da contratação**

A avicultura de postura é estratégica para o desenvolvimento socioeconômico do semi-árido piauiense, por gerar renda contínua, dinamizar a agricultura familiar e abastecer mercados locais e institucionais com proteína de alto valor nutricional. Em diversos municípios da área de atuação da CODEVASF – 7ª SR, a atividade é conduzida majoritariamente por pequenos produtores, associações e cooperativas, que enfrentam clima quente e longas distâncias logísticas. Nesse contexto, a ausência de infraestrutura adequada para recebimento, seleção, classificação, embalagem e armazenamento climatizado dos ovos compromete a qualidade, a vida de prateleira e a competitividade do produto, além de dificultar o atendimento às exigências sanitárias e de rastreabilidade previstas na legislação vigente.

Persistem gargalos estruturais que reduzem o potencial da cadeia: coleta e triagem realizadas em locais improvisados; exposição do produto a altas temperaturas; variação de padrões de qualidade por falta de classificação e padronização; perdas pós-colheita; e barreiras de acesso a mercados que exigem conformidade sanitária e regularidade de fornecimento. Tais limitações impactam diretamente a renda dos produtores, a capacidade de organização das cooperativas e a inserção dos avicultores em canais de maior valor agregado.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
7ª Superintendência Regional

A contratação, por Sistema de Registro de Preços (SRP), de unidades de processamento primário de ovos em contêiner responde de forma concreta a essas demandas. As unidades em contêiner oferecem solução modular, padronizada e de rápida implantação, permitindo um ambiente controlado para conservação de ovos; fluxo higiênico para seleção, classificação e rotulagem; melhoria da rastreabilidade e da segurança do alimento; redução de perdas e aumento da vida útil; e atendimento às normas sanitárias aplicáveis, habilitando a comercialização em mercados mais exigentes.

A adoção do SRP justifica-se pela necessidade de padronização técnica, ganho de escala, otimização de preços e flexibilidade de atendimento a demandas distribuídas no tempo e no território, permitindo contratações futuras conforme disponibilidade e orçamentária e maturidade dos arranjos locais, sem abrir mão da economicidade e da eficiência administrativa.

A iniciativa alinha-se ao papel institucional da CODEVASF no fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais (APL) na área de atuação da 7ª SR, ao padronizar processos, elevar a conformidade sanitária e a rastreabilidade e induzir a organização produtiva. Entre os impactos diretos esperados, destacam-se: elevação da renda dos produtores; qualificação da oferta com redução de perdas e maior vida útil do produto; fortalecimento de associações e cooperativas; e ampliação do acesso a mercados públicos e privados de maior valor agregado. Como efeitos indiretos, prevê-se o reforço da segurança alimentar, a fixação das famílias no campo, a dinamização das economias municipais e a atração de investimentos complementares (assistência técnica, crédito e logística), consolidando a competitividade da avicultura de postura no Piauí.

Portanto, a contratação das unidades de processamento primário de ovos em contêiner, revela-se imprescindível para superar entraves estruturais da cadeia de avicultura de postura no Piauí. Trata-se de investimento de alto retorno econômico e social, capaz de elevar padrões de qualidade, ampliar a competitividade do produto piauiense e consolidar a inclusão produtiva de agricultores familiares na área de atuação da CODEVASF – 7ª SR.

### **3.2 Histórico e contextualização**

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, conforme dispõe a Lei nº 14.053, de 08 de setembro de 2020, ampliou sua área de atuação para as bacias hidrográficas dos rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru, Mearim, entre outras, abrangendo, além do Piauí, os estados de Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Sergipe, Tocantins e o Distrito Federal. Com isso,



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**7ª Superintendência Regional**

passou a atuar de forma mais ampla no apoio ao desenvolvimento regional sustentável por meio de ações voltadas à revitalização das bacias e à estruturação de atividades produtivas em todo o semiárido nordestino.

Dentre as áreas técnicas da empresa, destaca-se a Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial (AR), responsável por definir diretrizes para projetos de revitalização e articulação com órgãos públicos e privados, setor produtivo e sociedade civil. Essa atuação se dá de maneira descentralizada, por meio das Gerências Regionais de Revitalização e Desenvolvimento Territorial – GRRs, que operam diretamente nas Superintendências Regionais da Companhia, a exemplo da 7ª SR, localizada no estado do Piauí.

As ações desenvolvidas por essas unidades priorizam atividades produtivas com viabilidade técnica e econômica, estruturadas sob a forma de Arranjos Produtivos Locais (APLs), que reúnem agricultores familiares, associações, cooperativas e pequenos empreendedores em torno de uma cadeia produtiva comum. O apoio institucional visa desde o fortalecimento da governança local até o fornecimento de equipamentos, insumos e capacitação, criando as bases para o desenvolvimento produtivo, sustentável e territorialmente integrado.

A CODEVASF vem, de forma continuada, fortalecendo os Arranjos Produtivos Locais, reconhecendo sua relevância estratégica para o desenvolvimento sustentável do semiárido. No Piauí, a avicultura de postura é atividade tradicional e difundida, com elevada adaptação às condições climáticas, baixo custo de implantação, oferta de proteína de alto valor nutricional e expressivo potencial de geração de renda e de valor agregado. Para enfrentar um dos principais gargalos do setor, a qualificação e padronização da qualidade do produto, a disponibilização de unidades padronizadas de processamento primário de ovos em contêiner climatizado e identificado configura ação efetiva da Companhia, capaz de elevar padrões sanitários e de rastreabilidade, reduzir perdas e ampliar a competitividade e o acesso a mercados.

Desde 2001, com a criação da 7ª Superintendência Regional no Piauí, a CODEVASF já investiu R\$ 83.129.766,31 em ações diretas de apoio à APLs no estado, beneficiando mais de 26.960 famílias, em praticamente todos os municípios do estado. Esses investimentos contemplam o fornecimento de bens, equipamentos, capacitações, apoio à comercialização e estruturação de associações e cooperativas, em diversos territórios piauienses.

O histórico de atuação da CODEVASF no apoio aos arranjos produtivos locais evidencia um compromisso duradouro com o desenvolvimento de atividades sustentáveis e inclusivas, voltadas à melhoria da qualidade de vida das populações rurais.



### **3.3 Caracterização Socioeconômica do Estado do Piauí**

O estado do Piauí, localizado na Região Nordeste do Brasil, possui uma área de 251.755,499 km<sup>2</sup>, sendo o terceiro maior em extensão territorial da região. Segundo o IBGE (2022) sua população é de aproximadamente 3,27 milhões de habitantes, posicionando-o como o 18º estado mais populoso do país, com densidade demográfica de 12,99 hab./km<sup>2</sup>. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Piauí registrado em 2021 foi de 0,69 (IBGE, 2024), posicionando o estado entre os mais baixos do Brasil. Esse indicador reflete os desafios históricos de inclusão socioeconômica enfrentados pela população piauiense e evidencia a importância de cadeias produtivas como a avicultura para a geração de renda e o fortalecimento do desenvolvimento regional.

Administrativamente, o estado é dividido em quatro mesorregiões: Norte, Centro-Norte, Sudeste e Sudoeste Piauiense (Figura 1A), que apresentam variações econômicas, climáticas e culturais significativas. Cerca de 59,3% do território está inserido na região semiárida, caracterizada por períodos de chuvas concentradas no verão e estiagem que pode durar até oito meses, com precipitação média anual entre 400 e 800 mm (Bezerra et al., 2015; Fundação CEPRO, 2013). Essas condições naturais impõem limitações à agricultura tradicional e reforçam a necessidade de políticas públicas voltadas a práticas produtivas adaptadas à escassez hídrica.

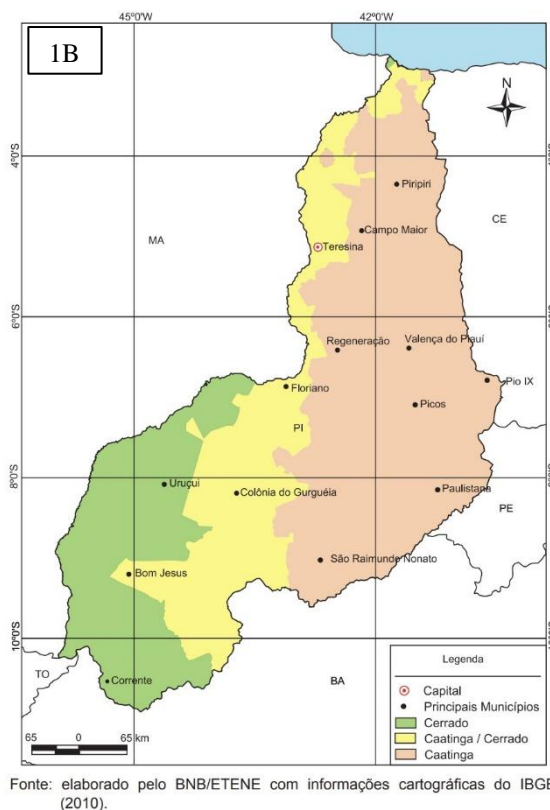
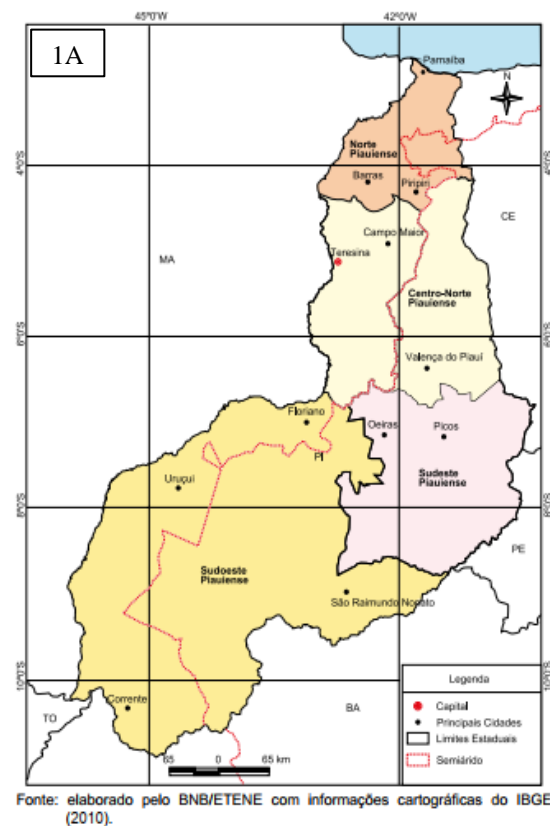
O estado apresenta uma base diversificada de recursos naturais, com destaque para os biomas Caatinga, predominante nas regiões semiáridas, e Cerrado, concentrado no Sudoeste. A zona de transição entre esses biomas amplia a diversidade florística (Figura 1B).

A bacia hidrográfica do rio Parnaíba, com seus afluentes, abrange cerca de 75% do território piauiense, enquanto o estado dispõe de importantes reservas subterrâneas de água (IBGE 2020). Apesar disso, o litoral do Piauí é o menor do Nordeste, com apenas 67 km de extensão, distribuídos entre os municípios de Luís Correia, Parnaíba, Cajueiro da Praia e Ilha Grande (IBGE, 2010).



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
7ª Superintendência Regional

**Figura 1: Mesorregiões do estado do Piauí (A) e Distribuição territorial dos biomas Semiárido e Cerrado (B).**



Nota 1: Municípios com maior população em 2014 nas microrregiões.

No âmbito socioeconômico, o Piauí ocupa a 21ª posição nacional em rendimento nominal domiciliar per capita, com R\$ 1.350 em 2024 (IBGE). O mercado de trabalho registra avanços na formalização, passando de 31,4% em 2016 para 36,7% em 2022, embora a informalidade ainda seja alta, o rendimento médio dos trabalhadores formais em 2022 foi de R\$ 2.316, valor considerado modesto, e a administração pública destaca-se como principal empregadora, absorvendo mais de 119 mil pessoas (IBGE 2024). Em termos fiscais, o estado apresentou superávit em 2023, com receitas de R\$ 22,9 bilhões contra despesas de R\$ 20 bilhões, demonstrando equilíbrio financeiro (IBGE, 2024).

O Piauí possui a maior proporção de população rural do Brasil, com cerca de 30,6% da população vivendo no meio rural (AL-PI, 2023). A agricultura familiar é o principal sustento para mais de 500 mil pessoas, movimentando cerca de R\$ 1,2 bilhão anualmente (PI Negócios, 2023).

Embora o êxodo rural tenha sido expressivo nas últimas décadas, com a população rural passando de 68% em 1970 para cerca de 30% em 2022, a migração tem diminuído desde os



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
7ª Superintendência Regional

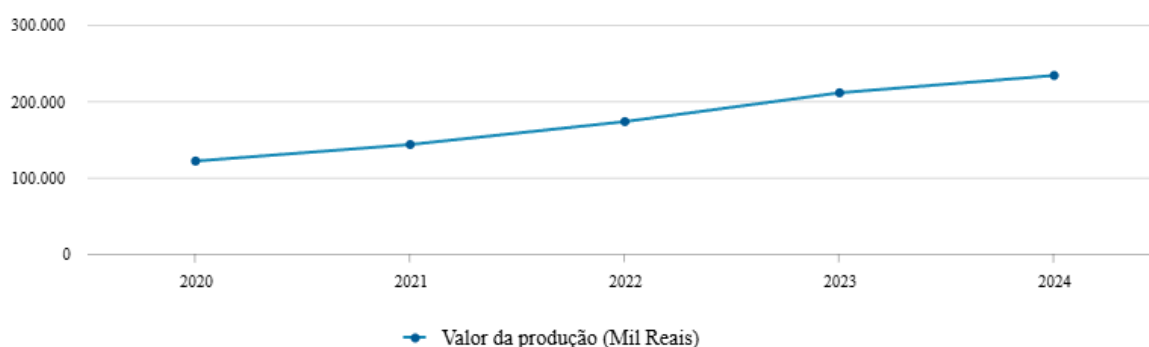
anos 2000, impulsionada por investimentos públicos em infraestrutura, acesso à água, assistência técnica e capacitação (Governo do Piauí, 2023).

A renda do agricultor familiar, embora seja baixa, com muitas famílias recebendo menos de R\$ 218 por mês, tem apresentado melhora graças a políticas públicas que facilitam o acesso a crédito, mecanização, irrigação e inserção em programas de compras institucionais (Governo do Piauí, 2024).

### 3.4 Cadeia Produtiva da Avicultura no Estado do Piauí

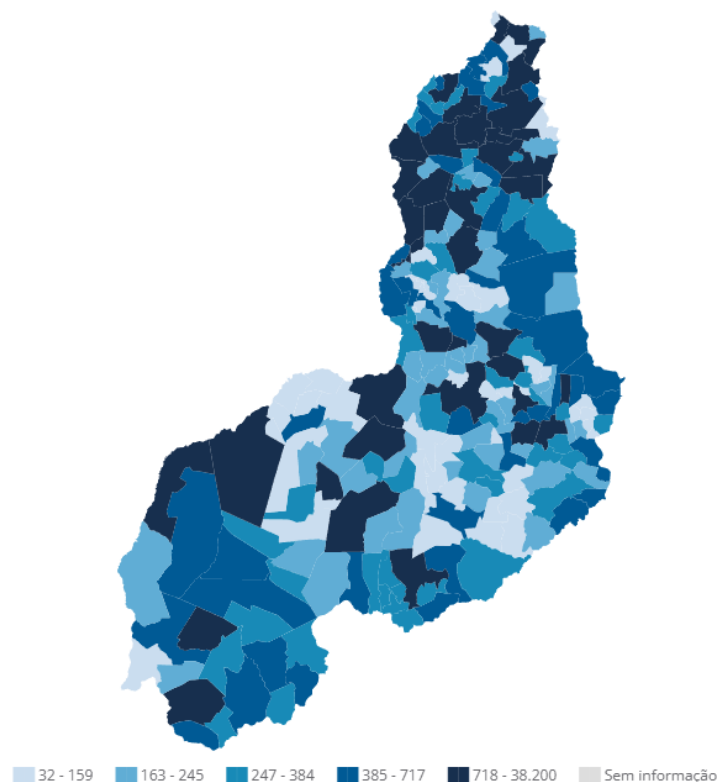
A avicultura de postura tem avançado de modo consistente no Piauí, com recordes recentes de produção e maior inserção em mercados regionais. Em 2024, o estado alcançou aproximadamente 32,8 milhões de dúzias de ovos e valor da produção 235.406,00 milhões de reais, crescimento de 75,1% em relação a 2015 (Figura 1) e, em 2023, já registrava 28,9 milhões de dúzias (+2,6% ante 2022), segundo a Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM/IBGE). Esse movimento expressa a expansão da atividade e a melhoria de organização da cadeia no território piauiense que está presente em praticamente todo o estado (Figura 2).

Série histórica (22) - Ovos de galinha - Valor da produção



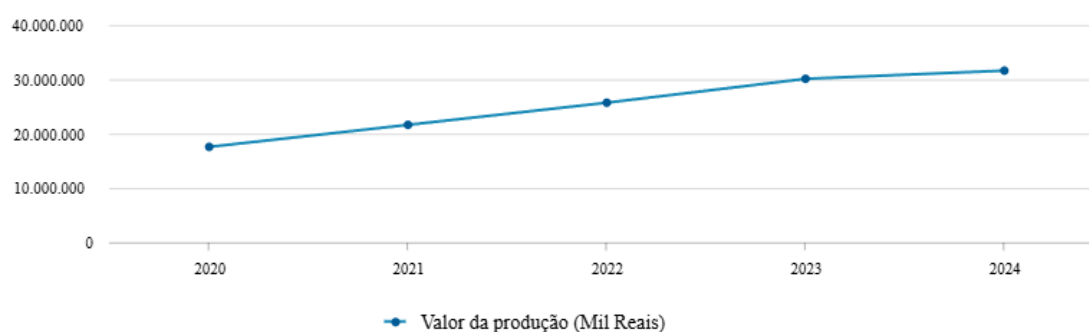


Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
7ª Superintendência Regional



No plano nacional, a produção atingiu 5,4 bilhões de dúzias em 2024, com mais de 2 bilhões de reais em valor produzido, o maior volume da série histórica (Figura 3). À luz desse total, o Piauí respondeu por cerca de 0,6% da produção brasileira no período, com potencial de ganho de participação mediante investimentos em padronização, qualidade e logística.

**Série histórica (BR) - Ovos de galinha - Valor da produção**



A distribuição espacial da produção é relativamente concentrada, com Valença e Teresina entre os maiores polos produtores do estado, o que sinaliza oportunidades de desconcentração e de estruturação de entrepostos em outros municípios estratégicos para





---

reduzir perdas e custos de transporte.

A base produtiva é amplamente formada por agricultores familiares, característica estrutural da agropecuária piauiense, 80,3% dos estabelecimentos rurais do estado pertencem à agricultura familiar (Censo Agro 2017), o que reforça a importância de soluções tecnológicas padronizadas e de fácil implantação para qualificar a oferta e ampliar a renda local.

A demanda interna cria um contexto favorável: o consumo per capita no Brasil foi estimado em 269 ovos/hab/ano em 2024 e deve alcançar 288 ovos/hab/ano em 2025, colocando o país entre os dez maiores consumidores do mundo (ABPA). Essa tendência de alta sustenta a expansão da cadeia e pressiona por maior regularidade de qualidade, rastreabilidade e padronização.

Do ponto de vista regulatório, a Portaria SDA/MAPA nº 1.179/2024 definiu requisitos de instalações, equipamentos e procedimentos para granjas avícolas e unidades de beneficiamento de ovos e derivados, incluindo ovoscopia, classificação por peso, acondicionamento/armazenamento e diretrizes de rotulagem e fluxos higiênicos. Além disso, o RIISPOA (Decreto nº 9.013/2017) estabelece que estabelecimentos de produtos de origem animal devem estar registrados na instância de inspeção competente (SIF/SIE/SIM), além de que devem garantir as **rastreabilidade e qualidade de ovos**. O atendimento a essas normas é condição para acessar mercados mais exigentes e reduzir riscos sanitários.

Apesar dos avanços, persistem gargalos típicos do semiárido: triagem e classificação nem sempre padronizadas; exposição a altas temperaturas ao longo da coleta e do transporte; perdas pós-colheita por ausência de ambiente controlado e de fluxo higiênico; e barreiras de acesso a canais que demandam conformidade regulatória e rastreabilidade.

Para além do crescimento da produção, a estrutura sanitária e a capilaridade produtiva do segmento no Piauí indicam espaço claro para padronização e ganho de qualidade: atualmente, há seis estabelecimentos de ovos e derivados registrados no Serviço de Inspeção Estadual (SIE), autorizados a comercializar em todo o território piauiense (ADAPI), enquanto a base produtiva é amplamente difusa, com 179.703 estabelecimentos agropecuários que mantêm galináceos e/ou produzem/vendem ovos segundo o Censo Agro 2017.

A instalação de unidades modulares de processamento primário em contêiner climatizado, com transporte, carga, descarga e instalação “pronta para operar”, responde diretamente a essas limitações ao: garantir ambiente adequado para classificação e rotulagem;

---





Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
7ª Superintendência Regional

padronizar processos e reduzir perdas; estabilizar a qualidade e a vida útil; suportar registro/inspeção e rastreabilidade; e viabilizar a ampliação do acesso a mercados públicos e privados.

Em síntese, a cadeia da avicultura de postura no Piauí exibe crescimento robusto, base social ampla e janela favorável de mercado. O investimento proposto em entrepostos de ovos em contêiner climatizado é aderente ao marco regulatório, às necessidades operacionais do território e à estratégia de desenvolvimento produtivo local, contribuindo para elevar padrões de qualidade, aumentar a renda dos produtores e fortalecer cooperativas e associações na área de atuação da CODEVASF – 7ª SR.

#### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A presente contratação visa à aquisição, transporte, carga, descarga, instalação, identificação (adesivação/plotagem) de unidades modulares de processamento primário de ovos em contêiner climatizado (Tabela 1). Esse item visa fortalecer a agricultura familiar, agregar valor à produção local e melhorar as condições de trabalho e renda das comunidades atendidas.

**Tabela 1 – Especificações técnicas do item a ser adquirido.**

Unidade de processamento primário de ovos em contêiner
Unidade de processamento primário de ovos em contêiner. Incluso ar condicionado split inverter 9.000 BTU/h. Instalações hidro-sanitária e elétrica. Impermeabilização, piso em alumínio antiderrapante, revestimento interno e divisórias em chapa de aço inox AISI 304 e cobertura (conforme projeto e especificações técnicas). Plotagem de identificação com adesivo automotivo PVC/ Vinil, com galinha de postura, ovos e placa de identificação externa com o nome “ENTREPOSTO DE OVOS” seguida da logomarca da CODEVASF. Placas internas de identificação dos setores (Recepção, Extração, Decantação e Embalagem) e de Procedimentos de Operação Padrão (POP) para lavagem e higienização das mãos, a serem detalhadas na assinatura do Contrato.

A ação está alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional 2025–2030 da CODEVASF, especialmente aos objetivos de fortalecimento da inclusão socioprodutiva (OE11), modernização e inovação em projetos produtivos (OE16) e promoção do manejo sustentável de recursos naturais (OE17), reforçando também os compromissos institucionais com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como erradicação da pobreza, trabalho decente, crescimento econômico e produção responsável.

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), na modalidade Pregão Eletrônico, é justificada por ampliar a eficiência da contratação, fomentar a competitividade entre os



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
7ª Superintendência Regional

licitantes, assegurar o tratamento isonômico, além de garantir maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos, permitindo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração. Os bens a serem adquiridos são classificados como bens comuns, não apresentando complexidade técnica que inviabilize o uso do pregão eletrônico.

O uso do SRP atende ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.892/2013, aplicando-se, especialmente, por envolver: (I) necessidade de contratações frequentes; (II) conveniência na aquisição de bens com entregas parceladas; (III) atendimento a múltiplos programas governamentais e (IV) dificuldade em definir previamente os quantitativos exatos.

Além de promover a inclusão produtiva e reduzir desigualdades regionais, a ação contribui diretamente para o fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs), já apoiados pela CODEVASF,

Por fim, a empresa contratada será responsável por garantir a assistência técnica no local de entrega, assegurar o funcionamento pleno de todos os bens fornecidos e atuar em conformidade com a Lei nº 12.846/2013, Decreto nº 8.420/2015, Lei nº 13.303/2016 e com a Política de Integridade da CODEVASF, abstendo-se de práticas que possam lesar a Administração Pública e comprometendo-se com a promoção de um ambiente ético e íntegro.

## 5. DESCRIÇÃO DAS ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADOS

A estimativa de quantidades considera: (i) a dispersão territorial da produção de ovos no Piauí e a necessidade de reduzir perdas pós-coleta por ausência de ambiente controlado; (ii) a baixa capilaridade de unidades formalmente habilitadas para beneficiamento/comercialização estadual (SIE) frente à ampla base produtiva; (iii) a conveniência do fornecimento parcelado a múltiplos beneficiários e em cronograma escalonado; e (iv) o potencial de expansão da cadeia mediante padronização, rastreabilidade e atendimento ao marco regulatório. Por se tratar de Sistema de Registro de Preços, adota-se a indicação de quantidade estimada, permitindo ajustar contratações a dotação orçamentária e à maturidade organizacional dos arranjos produtivos locais.

- **Unidade de fornecimento:** entreposto modular em contêiner climatizado “pronto para operar” (especificações na Tabela 1), com transporte, carga, descarga, instalação, comissionamento, identificação visual e treinamento inclusos.
- **Critérios de priorização:** densidade de produtores, presença/integração com SIE/SIM/SISBI, logística de abastecimento regional, capacidade de gestão da associação/cooperativa, e redução de distâncias médias de coleta.
- **Entrega parcelada:** implantação por **lotes** (regionalizada), para acelerar o início de operação nas áreas mais críticas e mitigar riscos logísticos.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
7ª Superintendência Regional

A distribuição das unidades observará critérios técnicos e territoriais, priorizando polos com maior produção (ex.: Valença, Teresina e eixos adjacentes) e lacunas de infraestrutura em microrregiões estratégicas, de modo a desconcentrar o beneficiamento, encurtar rotas de coleta, padronizar processos e elevar a qualidade do produto. As contratações serão realizadas à medida da disponibilidade orçamentária e apresentação de documentação/contrapartidas operacionais pelos beneficiários.

O formato modular climatizado reduz o tempo de implantação, padroniza o atendimento às exigências regulatórias e confere escala e comparabilidade no certame, permitindo otimizar preços e mitigar riscos. A definição de 5 unidades como estimativa inicial reflete a combinação de: (i) mapa de demanda levantado pelas 7ª GRR/UDT e prefeituras/associações; (ii) capacidade de absorção operacional em curto prazo; e (iii) estratégia de implantação escalonada por lotes, assegurando eficiência, transparência e aderência orçamentária.

Tabela 2: Quantitativo e descrição dos materiais e equipamentos

Unidade de processamento primário de ovos em contêiner		
Itens	Unidade	Qtd de Itens
Unidade de processamento primário de ovos em contêiner	Und.	5

## 6. ESTIMATIVA DO VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

Para a pesquisa de preços visando à obtenção dos valores máximos estimados para a licitação foram utilizados como referência os seguintes documentos:

- Regimento Interno da CODEVASF;
- Instrução Normativa nº 65/2021 – SEGES/ME;
- Norma de Pesquisa e Definições dos Preços de Referência para Licitações de Bens e Serviços (N-440), Resolução CODEVASF nº 611 de 04/06/2025.

Dessa forma, foram realizados levantamentos de preços junto a fornecedores do mercado e a partir de licitações (Pregões) já realizadas, com consultas no Painel de Preços e atualização utilizando os índices oficiais correspondentes.

A pesquisa de preços incluiu consultas em sítios eletrônicos especializados e contato direto com fornecedores, por meio de solicitação formal de cotação (e-mail ou presencial), respeitando o prazo máximo de 6 (seis) meses entre a data do orçamento e a data prevista para divulgação do edital. Foram consideradas, nas cotações, as condições comerciais praticadas, prazos de fabricação, execução ou entrega, incluindo, sempre que possível, os custos de transporte até o local de entrega e as quantidades estimadas a serem contratadas.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
7ª Superintendência Regional

Para a análise de custos dos itens, os preços unitários foram estimados por método matemático, aplicando-se o modelo previsto na Norma 440 da CODEVASF, com base em séries de preços obtidas no mercado. Foram priorizadas as exclusões de valores inexequíveis, excessivamente elevados ou inconsistentes, assegurando, assim, a definição de preços de referência condizentes com a realidade de mercado e alinhados às melhores práticas de gestão pública (Tabela 3).

**Tabela 3: Estimativa do valor máximo a ser licitado e valor total da contratação.**

Item	Descrição/Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Unidade de processamento primário de ovos em contêiner	unid	5	169.895,11	849.475,55
VALOR GLOBAL (R\$)					849.475,55

Conforme a planilha com levantamento de custos no painel de Preços e pesquisa de mercado, o valor total estimado para a contratação é de **R\$ 849.475,55 (oitocentos e quarenta e nove mil quatrocentos e setenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos)**, a preços cotados de novembro/2025.

## 7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP, na modalidade Pregão Eletrônico, visa ampliar a eficiência nesta contratação, a competitividade entre os licitantes, assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública. Os bens objeto desta contratação se classificam como bens comuns para fins de Pregão Eletrônico, não havendo nenhuma complexidade que descaracterize os mesmos quanto a isso.

Além disso, justifica-se o uso da modalidade SRP, considerando a imprevisibilidade do quantitativo a ser adquirido, no momento da emissão do contrato/ordens de fornecimento ou viabilização de recursos orçamentários, tendo em vistas as diversas potencialidades, demandas e articulações para as referidas aquisições, conforme art. 3º do Decreto nº 11.462, de 31.03.2023, que determina que o SRP poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**7ª Superintendência Regional**

- I. quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
- II. quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;
- III. quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;
- IV. quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou
- V. quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Parágrafo único. O SRP poderá ser utilizado para a contratação de execução de obras e serviços de engenharia, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I. existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizados, sem complexidade técnica e operacional; e
- II. necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

Quando do fornecimento dos materiais e equipamentos, a mesma deverá garantir a assistência técnica no estado de entrega dos equipamentos (no que couber), bem como, fica obrigado a garantir o funcionamento pleno de todos os equipamentos e componentes fornecidos por um período mínimo de 12 meses, ou superior conforme o fabricante.

O(A) contratado (a)/fornecedor(a) deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/15, da lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da CODEVASF, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meio dos canais de denúncias disponíveis.

Considerando o art. 84 da Lei nº 14.133/2021, fica prevista a possibilidade de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços por mais 12 (doze) meses, uma única vez, inclusive com renovação de quantitativos, desde que demonstrada a vantajosidade dos preços registrados e mantidas as condições pactuadas.



## **8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

Por se tratar da constituição de Ata de Registro de Preços – ARP, já está previsto o fornecimento parcelado do quantitativo total licitado, com a emissão de Ordens de Fornecimento para fornecimento do quantitativo necessário de itens, conforme a disponibilidade de recursos orçamentários, já que se trata de Sistema de Registro de Preços – SRP.

## **9. AQUISIÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Esta não é uma contratação correlata ou interdependente. A aquisição e o fornecimento dos itens pode ser realizado separadamente, de forma a atender cada um dos projetos e/ou municípios beneficiados, no entanto, desde que haja concordância do fornecedor, pode ser utilizada para adesão à ARP (Ata de Registro de Preços) por outras unidades da CODEVASF, tendo em vista que o objeto é voltado ao fortalecimento de atividades produtivas para atendimento de municípios da área de atuação da empresa, no estado do Piauí e que nos demais estados que a empresa atua, as ações realizadas são semelhantes.

Prevê-se a admissão de adesão dos órgãos não participantes deste planejamento, sobretudo, outras Superintendências Regionais da CODEVASF, que desenvolvem ações semelhantes em outros estados, justificando-se a economicidade nas adesões às ARPs, tendo em vista que os preços unitários podem ser menores quando se permite a carona devido ao ganho em escala nas aquisições, além do que, são itens comumente adquiridos pelos órgãos públicos, proporcionando enorme celeridade e vantajosidade para as entidades da administração pública.

## **10. ALINHAMENTO ENTRE O FORNECIMENTO E O PLANEJAMENTO**

O objeto desta contratação está previsto no Plano Anual de Contratações da CODEVASF (2024) e está alinhado ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI 2025–2030), especialmente aos Objetivos Estratégicos OE11 — Promover a Inclusão Socioprodutiva Sustentável e OE17 — Promover o Manejo Sustentável de Recursos Naturais.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
7ª Superintendência Regional

A iniciativa busca fortalecer a cadeia avícola por meio da aquisição de unidades de processamento primário de ovos, ampliando a produção, a renda e garantindo a permanência das famílias no meio rural. A ação contribui diretamente para o Programa de Governo 2217 — Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano, na ação 00SX — Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado, que objetivam apoiar a infraestrutura produtiva, compreendendo sistema de logística, transporte, armazenamento, aquisição de máquinas e equipamentos, obras civis, construção de centros urbanos, visando fortalecer a capacidade produtiva.

## 11. RESULTADOS PRETENDIDOS

Espera-se com os fornecimentos, promover a melhoria dos sistemas produtivos, bem como, a melhoria na qualidade de vida de famílias no Piauí, em especial na atividade de avicultura, proporcionando o desenvolvimento sustentável da região. Espera-se beneficiar diretamente no mínimo 300 famílias com o fornecimento de unidade de processamento primário de ovos.

Portanto, de acordo com os quantitativos e valores propostos, sem considerarmos os descontos que ocorrerem naturalmente decorrentes das disputas de preços no certame, teremos:

Previsão de apoio por família = R\$ 849.475,55/300 famílias = R\$ 2.831,58 por família

Ou seja, as ações preveem um investimento médio de R\$ 2.831,58 (dois mil, oitocentos e trinta reais e cinquenta e oito centavos) por família, possibilitando que estas venham a melhorar a sua capacidade produtiva, consequentemente aumentando a sua renda.

## 12. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A CODEVASF tem entre suas atribuições estabelecer diretrizes e gerir projetos e ações de revitalização das bacias hidrográficas sob sua responsabilidade. Compete à Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas coordenar ações de articulação e integração com órgãos públicos, privados e sociedade civil organizada, desenvolver projetos e apoiar arranjos e atividades produtivas, além de monitorar e gerir os resultados gerados pelas ações de revitalização. A execução prática dessas ações é realizada pelas Superintendências Regionais,





Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
7ª Superintendência Regional

neste caso a 7ª SR, cuja atuação abrange o estado do Piauí, conforme estabelecido pela Lei nº 14.053/2020.

Diante do exposto, a realização do Pregão Eletrônico e o consequente registro de preços apresentam-se plenamente viáveis, considerando o interesse público em promover melhorias na capacidade produtiva do setor avícola, fortalecer a agricultura familiar, ampliar a geração de renda e melhorar as condições de vida das famílias e comunidades atendidas. O Sistema de Registro de Preços (SRP) permitirá que, à medida que haja disponibilidade orçamentária, sejam realizados os devidos investimentos, garantindo o atendimento das demandas identificadas para apoiar a avicultura no estado.

Como comprovação da viabilidade e efetividade desse tipo de investimento, destacam-se as ações já realizadas pela CODEVASF/7ª SR no período de 2010 a 2025 no Piauí e Ceará, com investimentos acumulados da ordem de R\$ 83 milhões, beneficiando milhares de famílias e fortalecendo cadeias produtivas locais, conforme demonstrado no anexo deste ETP.

### **13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

Para a aquisição pretendida, o processo deverá ter a anuência do Superintendente Regional, dos setores de licitações e setores jurídicos da 7ª SR e Sede, e ser aprovado pelo Comitê de Gestão Executiva da 7ª e pela Diretoria Executiva, para viabilizar a publicação do certame licitatório pretendido pela 7ª Superintendência Regional da CODEVASF.

### **14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios contidos na Instrução Normativa nº1 de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estabeleceu critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras na Administração Pública Federal:

- a) que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- b) que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
7ª Superintendência Regional

como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

c) que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

d) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

O licitante vencedor deverá apresentar certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências supracitadas e todas as legislações vigentes que concernem as esferas do governo federal, estadual e municipal.

Em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, a CODEVASF poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências deste TR, antes da assinatura do contrato, correndo as despesas por conta do licitante vencedor. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta vencedora será desclassificada.

## **15. CLASSIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE SIGILO**

Não é necessário sigilo.

## **16. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando o compromisso da CODEVASF para com a melhoria nas condições socioambientais e econômicas de sua área de atuação, entende-se necessária a realização da Licitação, visando fornecimento, transporte, carga, descarga e instalação de unidades de processamento primário de ovos em container, climatizadas e identificadas com adesivação/plotagem conforme projeto e especificações técnicas, para apoio a avicultura no estado do Piauí, área de atuação da CODEVASF – 7ª SR.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
7ª Superintendência Regional

---

**RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES:**      **Sérgio Alves da Silva**  
**ADR - 7ª GRR/UES**

**DE ACORDO:**                                      **José Ocelo Rocha Campos Junior**  
**7ª Gerência Regional de Revitalização - Gerente**

**Marcelo Vaz da Costa e Castro**  
**Superintendente - 7ª Superintendência Regional**

---

**APROVAÇÃO PELA AUTORIDADE COMPETENTE**